

AS INCERTEZAS DO TRABALHO NOS CANAVIAIS DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP¹

LAS INCERTIDUMBRES DEL TRABAJO EN LOS CAÑAVERALES DE LA REGIÓN DEL PONTAL DEL PARANAPANEMA

THE UNCERTAINTIES OF WORK IN THE CANE FIELDS IN PONTAL OF PARAPANEMA REGION - SP

Maria Joseli Barreto

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia e Trabalho – CEGeT.

E-mail: joselibarreto5@yahoo.com.br

Antonio Thomaz Junior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Coordenador do CEGeT.

E-mail: thomazjrgeo@fct.unesp.br

RESUMO

O texto traz algumas reflexões sobre as incertezas do trabalho nos canaviais na região do Pontal do Paranapanema, diante do fechamento e falência de parte das agroindústrias canaveiras instaladas na porção oeste do estado de São Paulo. No ano de 2010, a título de exemplo, a região contava com dez agroindústrias instaladas e atuando no processamento da cana-de-açúcar; todavia, nos anos subsequentes quatro unidades foram desativadas. Nesse cenário, milhares de trabalhadores perderam o emprego, além de não receberem direitos trabalhistas (salário, 13º salário, férias, FGTS, INSS, etc.), e ainda foram expostos a uma série de humilhações em razão de acordos trabalhistas não cumpridos pelas empresas contratantes.

Palavras-chaves: Trabalho; desemprego; agroindústria canaveira; Pontal do Paranapanema.

RESUMEN

Este texto reflexiona sobre las incertidumbres del trabajo en los cañaverales de la región del Pontal del Paranapanema (Estado de São Paulo), ante el cierre y quiebra de una parte de las agroindustrias de caña de azúcar instaladas en la zona occidental del estado de São Paulo. En el 2010, por ejemplo, la región contaba con diez agroindustrias cosechando y procesando caña de azúcar, sin embargo, en los siguientes cuatro años fueron cerradas cuatro plantas agroprocesadoras. En este escenario, miles de trabajadores perdieron sus puestos de trabajo, con lo cual, además de dejar de recibir sus garantías laborales (salario, sueldo 13, vacaciones, FGTS, Seguridad Social, etc.), se encuentran expuestos a una serie de iniquidades debido a los acuerdos laborales no cumplidos por los contratistas.

Palabras clave: Trabajo, desempleo, agroindustria de caña de azúcar, Pontal del Río Paranapanema

ABSTRACT

¹ A discussão ora proposta nesse texto está em parte inserida na dissertação de Mestrado que defendemos no âmbito da FCT/Presidente Prudente no ano de 2012 sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, intitulada “Territorialização do capital canaveiro na região do Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho”. Pesquisa vinculada ao Projeto Temático/FAPESP "Mapeamento e Análise do Território do Agrohídronegócio Canaveiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental" Processo FAPESP: 13/20781-7.

The text reflects on the uncertainties of work in the cane fields in Pontal of Parapanema region, before the closure and bankruptcy of the sugarcane agro-industries installed in the west of Sao Paulo State. In 2010, for example, the region had ten agribusiness installed and operating in the processing of sugarcane; However, in subsequent years four units were disabled. In this context, thousands of workers lost their jobs, and do not receive labor rights (salary, 13th salary, vacation, *FGTS*, *INSS* - Social Security, etc.), and yet the workers were exposed to a series of humiliations due to labor agreements not met by the contracting companies.

Key-words: Work; unemployment; sugarcane agribusiness; Pontal of Parapanema.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo central apresentar uma breve reflexão sobre os impactos que a expansão da agrohidronegócio canavieiro tem trazido para os trabalhadores inseridos no processo produtivo da lavoura da cana-de-açúcar na região do Pontal do Parapanema, sobretudo, o desemprego propagado pelo fechamento/falência de unidades canavieira na região.

Através do discurso do emprego e do desenvolvimento local/regional a monocultura da cana-de-açúcar e as unidades agroprocessadoras, têm assegurado sua territorialização em grande parte do território nacional, assim como nos municípios da região do Pontal do Parapanema.

Todavia, ao analisarmos esses postos de emprego/trabalho, diariamente anunciado e negociado pelo capital canavieiro, encontramos na realidade, uma série de problemas que a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar tem trazido cotidianamente para a região, revelando então, as contradições do discurso do emprego.

Em termos de procedimentos metodológicos efetuamos revisão bibliográfica, análise dos dados referentes à expansão da lavoura da cana-de-açúcar, trabalhos de campos nos municípios que abrigam unidades canavieiras, como nos que possui canaviais e/ou trabalhadores envolvidos nesse processo. Além disso, realizamos visitas e entrevistas junto às representações sindicais.

AS DISPUTAS DAS AGROINDÚSTRIAS CANAVIEIRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

A produção da cana-de-açúcar foi inserida na região do Pontal do Parapanema na década de 70, quando emergia no Brasil o Programa Nacional do Alcool - PROALCOOL. A partir desse período a região tem passado por expressivas transformações, as quais estão cada vez mais presentes na paisagem e na economia local/regional. Passada a fase áurea do PROALCOOL e extintos os incentivos oferecidos

pelo governo, o setor passou a declinar, agroindústrias fecharam as portas e decretaram a falência. O cenário regional passou a ser de abandono: das seis agroindústrias instaladas na região nesse período, apenas duas se mantiveram ativas, até 2004², período em que o setor canavieiro impulsionado pela venda dos carros *flex fuel* voltou a crescer no Brasil e também na região em destaque.

O período subsequente a 2004, até o ano de 2009, pode ser destacado como mais um momento de ascensão do capital agroindustrial em todo Brasil. A partir desse período, a lavoura da cana-de-açúcar voltou a expandir na região. Agroindústrias canavieiras, até então desativadas, foram gradativamente compradas/incorporadas por grupos de capital nacional e internacional, conseqüentemente, reformadas e postas em funcionamento.

Desse modo, entre os anos de 2004 a 2009, foram implantadas mais quatro novas unidades na região, enquanto outras duas unidades instaladas no PROÁLCOOL (Alcídia e Paranapanema I) foram incorporadas por grupos de capital internacional, passando por reformas e ampliação na capacidade de produção. Outras duas empresas (Alvorada do Oeste e Decasa), que permaneceram desativadas por um longo período, foram compradas, reformadas e também voltaram a processar.

No ano de 2010, a região do Pontal do Paranapanema contava com dez agroindústrias canavieiras instaladas e atuando no processamento da cana-de-açúcar, as quais se encontravam atreladas a grupos canavieiros, de capital nacional familiar e de capital internacional. No entanto, nos anos subsequentes, o cenário voltou a mudar. Mapa 1.

² A Usina Alto Alegre, localizada em Presidente Prudente e a Usina Alcídia, localizada em Teodoro Sampaio.

de espaço. Além disso, o baixo nível de eficiência técnica, as dificuldades de gestão e alta competitividade com os grandes grupos têm contribuído para a decadência e falência dessas pequenas unidades canavieiras.

Essa conjuntura vivenciada pelas agroindústrias canavieiras do Pontal do Paranapanema se reproduz, em outras regiões do estado de São Paulo e no Brasil. Trata-se dos rebatimentos advindos dos impactos da crise do ano de 2008, cujo reflexo foram o adiamento dos projetos nacionais, relacionados ao bicomcombustível, e a redução das linhas de créditos para a construção de novas unidades, devido à insegurança gerada pela crise junto aos mercados financeiros⁴.

Ao relacionar a crise mundial com o setor canavieiro, Oliveira (2009) ressalva, que, embora a crise mundial esteja sendo apontada como um agravante para a situação de endividamentos das empresas; “[...] ao mesmo tempo em que esse cenário de instabilidade reforça as fragilidades de parte desses grupos, também fortalece aqueles que mesmo alegando perdas, mantêm-se capitalizados a ponto de realizar fusões/aquisições”. (OLIVEIRA, 2009, p. 104).

Os impactos dessa crise financeira levaram muitas empresas à bancarrota. As dificuldades enfrentadas pelas unidades, como problemas financeiros e gestão, refletem em oportunidades para as mais capitalizadas e organizadas (OLIVEIRA, 2009). Isto é, a fragilidade de algumas é o “trampolim” para o fortalecimento de outras, seja através da aquisição da massa falida ou a incorporação das terras para ampliação de canaviais.

Para elucidar essa realidade no Pontal do Paranapanema, apresentaremos os históricos de “falência” das Destilarias Santa Fany e Decasa e da Usina Alvorada do Oeste e os rebatimentos desse processo para os trabalhadores da região.

A Destilaria Santa Fany, encerrou suas atividades em janeiro de 2011, com um passivo bilionário e inúmeros processos trabalhista e ambiental. A falta de investimentos em técnicas de produção industrial e agrícola, somada ao não cumprimento das leis trabalhistas, ambientais e do Plano de Recuperação Judicial (PRJ)⁵, resultou no fechamento da unidade. E para evitar a falência, no mesmo ano, foram organizadas Audiências Públicas, para a venda dos passivos da empresa, todas sem sucesso⁶.

⁴ Entrevista realizada junto a R. P., representante da empresa canavieira Umoe Bionergy, no dia 02 de dezembro de 2011.

⁵ A Recuperação Judicial tem como objetivo evitar a falência da empresa. O processo de recuperação judicial é promovido por iniciativa do próprio empresário em crise, que apresenta perante o Poder Judiciário o pedido do benefício, embasado nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

⁶ Mais informações, ver: <http://www.exameauditores.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

Nesse panorama, comparece a força, ou poder de barganha das empresas maiores. Antes de vender os passivos da empresa e/ou ser decretada a falência, as terras em que eram cultivados os canaviais da agroindústria foram previamente liberadas para a concretização de novos contratos de arrendamentos. O litígio envolvendo os contratos de arrendamento foram rapidamente resolvidos. A união de interesses entre empresários e latifundiários facilitaram a liberalização das terras do processo de venda/falência. Uma liminar judicial encerrou os contratos estabelecidos entre a agroindústria e os proprietários de terras, para que estas fossem “rateadas” entre unidades canavieiras vizinhas. No entanto, a situação da massa falida ainda permanece incerta, assim como é precária a situação dos trabalhadores da empresa que ainda aguardam o recebimento dos direitos trabalhistas.

Quanto à Usina Alvorada do Oeste, a realidade apresenta-se um pouco diferente. Na safra 2011/2012, a agroindústria produziu abaixo da média, com o auxílio do PRJ. Contudo, a conjuntura estabelecida pela crise, à disputas pelas terras para a produção da matéria-prima na região, as dificuldades em manter os arrendamentos vigentes e a falta de investimentos nos canaviais levaram a empresa a encerrar as atividades, no início do ano de 2012. Entre as principais consequências, destaca-se igualmente a demissão de centenas de trabalhadores que atuavam na agroindústria e, mais uma vez, repete-se a atuação do capital canavieiro, afinal, os canaviais da agroindústria foram incorporados pelo Grupo Odebrecht Agroindustrial.

A chegada dos grandes grupos à região, em meados da década de 2000, mais a crise enfrentada pelo setor canavieiro deixaram marcas, sobretudo nas pequenas unidades canavieiras da região. Os projetos de crescimento e expansão cederam lugar às estratégias para manterem-se ativas no mercado, até o encerramento das atividades. Para os representantes dessas unidades, a falta de acesso aos arrendamentos de terras para a produção de matéria-prima, pode ser posto como principal responsável para essa situação. Estrategicamente, os grupos mais capitalizados têm inflacionado os valores dos arrendamentos na região, na disputa pelas terras agricultáveis da região.

Ao mesmo tempo em que essas agroindústrias expandem seu raio de ação e demarcam seu território de atuação, conseqüentemente, limitam o raio de ação das demais unidades, quando não as eliminam por completo do mercado. Essa competição pelo domínio das terras do Pontal do Paranapanema para produção da cana-de-açúcar, no cerne do capital canavieiro, nos remete aos apontamentos de Harvey (2006, p. 224) em que “[...] competição tende ao monopólio (ou oligopólio), pois a sobrevivência do mais apto ou sagaz, na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas”. Nesse viés, Vian

(2003) ressalta que as estratégias de desenvolvimento das empresas canavieiras, através da integração vertical e os investimentos no aumento da capacidade de produção, podem ser associados às ações do oligopólio. Para o autor, as empresas têm cada vez mais, investido na diferenciação e inovação dos produtos. Nessa corrida pelo poder, não há espaço para os pequenos. (VIAN, 2003)

Esse processo também tem ocorrido no Pontal do Paranapanema. A competição mencionada pelos autores se reflete nas disputas previamente estabelecidas entre os grandes grupos canavieiros implantados na região, os quais estrategicamente inflacionam os valores dos arrendamentos e dificultam os convênios das demais agroindústrias com seus possíveis arrendatários ou fornecedores. A tendência é que grande parte das terras agricultáveis da região se concentre nas mãos dos grandes grupos, os quais objetivam o domínio territorial.

A situação da Destilaria Decasa/Marabá Paulista não difere muito das anteriores. O vencimento de contratos de arrendamentos, mais as dificuldades em pagar os valores exigidos pelos proprietários de terras, impediram a manutenção dos arrendamentos. Embora, a agroindústria tenha produzido até o final da safra 2012/2013, as atividades foram encerradas no início do ano/safra seguinte. Dessa forma, seus canaviais foram incorporados pelas unidades do Grupo Odebrecht (Alcídia e Conquista do Pontal). Como as demais unidades canavieiras da região, a empresa também não honrou seus compromissos, e centenas de trabalhadores perderam seus empregos sem receber os direitos trabalhistas.

No próximo item, apresentaremos alguns apontamentos sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que faziam parte do quadro de funcionários dessas unidades canavieiras. Fatos que evidenciam as contradições do discurso do emprego promovido pelo agrohidronegócio canavieiro instalado na região.

AS INCERTEZAS DO TRABALHO NAS UNIDADES CANAVIEIRAS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Amparados na necessidade que o homem, enquanto ser social atribui ao trabalho, o capital apropria-se dos meios de produção, do trabalho e da vida humana, assim, controla a reprodução sociometabólica, domina a sociedade e todos os lugares (MÉSZÁROS, 2007). O capital canavieiro é assim. O discurso da geração de emprego, renda e desenvolvimento local/regional está visível em todos meios que perpassam o capital canavieiro. Contudo, quando observamos os empregos e as condições de trabalho

vivenciadas pelos trabalhadores, sobressaem às contradições, como, descumprimento de Leis Trabalhistas, Normas Regulamentadoras e o “desemprego em massa” provocado, sobretudo, pelas agroindústrias desativadas.

Nesse caso, a realidade vivida pelos trabalhadores que mantiveram vínculos empregatícios com as Destilarias Santa Fany, Decasa e a Usina Alvorada do Oeste é uma comprovação desse fato. Pois, o encerramento das atividades nessas agroindústrias deixou milhares de trabalhadores desempregados e abandonados à própria sorte. Afinal, eles não foram somente dispensados dos seus empregos, também foram tolhidos de seus direitos trabalhistas, além de serem expostos a uma série de humilhações promovidas pela postura das agroindústrias contratantes.

Nesse sentido, Alves (2007) destaca que o aumento do desemprego em massa, a ampliação da precariedade salarial e da precarização do trabalho possui uma função sistêmica para a acumulação do capital - limitar o crescimento do salário real, dificultar a luta sindical, e contribuir para o aumento da exploração da força de trabalho. Para o autor, a insegurança no mundo do trabalho comparece em múltiplas dimensões: insegurança de emprego, seguridade, previdência social e de representação política sindical, além das perdas dos direitos trabalhistas (ALVES, 2007).

Nesse caso, a experiência dos trabalhadores que atuavam na destilaria Santa Fany são exemplos dessa realidade, pois, foram demitidos sem receber os direitos trabalhistas. O descaso dos empregadores para com os trabalhadores canavieiros é uma atitude degradante, pois, de imediato restringe sua capacidade suprir necessidades básicas, como alimentação, aluguel, energia elétrica, além da descredibilidade no comércio local, que para muitos é mortificador⁷.

As circunstâncias vivenciadas pelos trabalhadores da agroindústria evidenciam a lógica destrutiva do capital, que comparece tanto no desemprego, como na miséria física e espiritual dos trabalhadores (ANTUNES, 1999; ALVES, 2007).

Ao discutir a problemática do desemprego no Brasil, (Singer, 2003), destaca que o desemprego aparece no Brasil através do crescimento do desemprego “aberto”, da proporção de pessoas que não praticam outra atividade que não a de ativamente procurar trabalho. Nesse sentido, completa:

Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar “desempregado”. Os pobres ficam “parados” quando a procura por seus serviços cessa, mas

⁷ Informações obtidas junto ao trabalhador J. R, alguns momentos antes de se iniciar a Audiência Pública para venda ou falência da Santa Fany.

eles não podem permanecer nessa situação muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome. (SINGER, 2003, p. 31).

Nesse cenário de total desrespeito com os trabalhadores, foi observado que a postura dos sindicatos é de subserviência. Embora tenham sido apontados os problemas e as irregularidades trazidas pela agroindústria, enquanto esta ainda produzia, os representantes sindicais orientaram os trabalhadores, a esperar os resultados do processo que corre na justiça, quanto ao futuro da empresa. Essa postura do sindicato levou muitos trabalhadores a recusarem a rescisão do contrato através de ação judicial, sob o argumento que o sindicato nunca lutou por seus interesses.

Essa revolta, expressa nas observações dos trabalhadores em face da postura do sindicato, diante das irregularidades cometidas pela empresa, é sinalizada por Oliveira (2009). Para a autora, diante da reestruturação produtiva do capital, as representações sindicais, de modo geral, adotaram uma postura neocorporativista e um posicionamento defensivo, conduzindo a perspectiva classista ao esvaziamento. Sendo assim, grande parte dos sindicatos tem deixado de lado as táticas de confronto aos ditames do capital, para adotar uma postura de aceitação ou “cooperação conflitiva”, especialmente aqueles que representam os trabalhadores rurais STRs e SERs.

Nesse sentido, Azevedo (2008), assevera que essa relativa concordância verificada nas entidades sindicais está atrelada ao jogo de domínio entre classe dominante e sujeitos dominados, fato que também contribui para a perda de poder dos sindicatos quanto à ofensiva neoliberal, a qual repercute diretamente no enfraquecimento das lutas sociais da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho para os seus associados.

Na atual conjuntura, a Destilaria Santa Fany ainda se encontra inoperante e abandonada, e as Audiências Públicas para venda da massa falida também cessaram. Quanto os trabalhadores que atuavam na empresa, buscaram nova inserção no mercado de trabalho, e aqueles que ainda não conseguiram, permanecem na informalidade, esperando receber seus direitos trabalhistas.

A situação da Usina Alvorada do Oeste não é muito diferente, a agroindústria atuou na safra 2011/2012 sob PRJ, e foi desativada no início do ano de 2012. Nesse caso, a unidade começou a efetuar a demissão dos trabalhadores em novembro de 2011, com o

encerramento da safra⁸. E em janeiro de 2012, foi anunciada a paralisação das atividades para a reforma de canaviais. Na oportunidade, foram demitidos todos os trabalhadores que atuavam no setor da indústria, cerca de 70% dos que trabalhavam no setor de transporte e aproximadamente 70% dos trabalhadores do setor agrícola. Esses que ainda se mantiveram empregados foram dispensados durante o ano de 2012.

Segundo informações obtidas junto ao STR de Santo Anastácio, embora a empresa tenha afirmado que a interrupção na produção seria provisória, as expectativas para os trabalhadores não são positivas⁹. Os trabalhadores dispensados pela agroindústria, assim como aqueles que solicitaram a rescisão no contrato, ainda não receberam seus direitos trabalhistas (FGTS, 13º salários, férias, etc.) e não existe previsão em recebê-los, pois a unidade permanece inoperante¹⁰.

Por fim, temos o caso da Destilara Decasa. Entre as agroindústrias canavieiras da região que enfrentaram problemas financeiros nos últimos anos, essa foi à última a ser desativada, janeiro de 2013. Nesse caso, o presidente do STR de Presidente Venceslau/Marabá Paulista destacou, a empresa estava produzindo, mas, os direitos dos trabalhadores eram burlados desde 2009. Atrasos no pagamento dos salários, disparidade nos valores pagos ao metro de cana cortada, baixa qualidade dos ônibus que realizam o transporte dos trabalhadores, falta de EPIs, distinção entre trabalhador regional e migrante, eram situações recorrente no ambiente de trabalho. Além disso, a empresa não realizava os depósitos referentes ao FGTS e INSS dos trabalhadores.

Essa situação levou os trabalhadores, apoiados pelo Sindicato, deliberaram por greve, em junho de 2012, reivindicando solução para os problemas e respeito pela classe trabalhadora. Entretanto, os atos de greves, da ação do sindicato, foram ignorados pelos empregadores, e a empresa encerrou suas atividades no início do ano de 2013 sem pagar os trabalhadores (salários, cestas básicas, 13º salário, etc.).

Além disso, após anunciarem o fechamento da agroindústria, seus representantes, sugeriram uma demissão voluntária de todos os trabalhadores, assegurando que depois de efetuada a formalização da rescisão dos contratos, os trabalhadores receberiam todos os direitos trabalhistas. Frente à falta de perspectivas de receber seus salários e já pensando na busca de um novo emprego, os trabalhadores aceitaram a

⁸ Mais detalhes, ver: <<http://www.imparcial.com.br/site/conteudo-ver.php?categoria=24&codigo=877>> Acesso em: 18 abr. 2012.

⁹ As informações foram obtidas por telefone junto ao presidente do STR de Santo Anastácio, no dia 04 de julho de 2013.

¹⁰ Mais detalhes, ver: <http://www.sindetanol.com.br/?inc=noticias_ver.php&c=38>. Acesso em 18 mar. 2012.

proposta, já que havia um documento em que a agroindústria se comprometia a pagar os valores referentes aos direitos trabalhistas de todos os trabalhadores e instituiu um calendário para o pagamento dessa dívida.

No entanto, a empresa efetuou o pagamento de apenas duas parcelas aos trabalhadores e depois suspendeu o restante sem maiores esclarecimentos. Diante das atitudes da empresa, os trabalhadores apoiados pelo sindicato voltaram a realizar mais um ato de protesto, buscando explicações junto à empresa pela falta de compromisso, mas a situação permanece incerta¹¹.

O caso da Destilaria Paranapanema I, se diferencia das três citadas anteriormente. Primeiramente, porque não se trata de falência, mas opção do grupo em cortar gastos, pois também atuam com a Unidade Paranapanema II, que tem alta capacidade de produção e maior tecnologia.

Todavia, o representante da empresa acrescentou que o fato das terras em que se cultivavam os canaviais da unidade serem arrendadas por outras agroindústrias dificultou a manutenção da unidade e contribuiu para que fosse desativada. Ademais, como se tratava de uma unidade antiga e com baixa capacidade de produção, não era lucrativo transportar matéria-prima de longas distâncias.

A questão da Destilaria Paranapanema I, de certo modo, evidencia e reforça a questão das disputas pelas terras agriculturáveis no Pontal do Paranapanema por parte do capital canavieiro, situação que rebate diretamente nos trabalhadores, como a incidência do desemprego nos municípios. Logicamente, ao ser desativada, os trabalhadores que atuavam na unidade foram dispensados, circunstância que gerou desemprego. Embora os representantes do grupo tenham garantido que a Unidade II absorveu toda mão de obra dispensada, os representantes sindicais contestam a afirmação e asseguram que muitos trabalhadores ficaram desempregados - por uma questão lógica: “uma empresa jamais irá empregar por duas”.

Diante do cenário exposto, observa-se que, no cerne das disputas no âmbito do capital canavieiro, o trabalhador é sempre o primeiro a sofrer as consequências. Antunes (2007) ressalta que a própria lógica que conduz essas tendências acentua os elementos destrutivos do capital. Ou seja, quanto maior a concorrência intercapitais, mais nefastos são suas consequências, entre os quais dois são muito graves: o aniquilamento e a precarização da força humana que trabalha.

¹¹ O último ato de protesto realizado pelos trabalhadores da Destilaria Decasa foi realizado em Junho de 2014, na cidade de Presidente Venceslau. Informações obtidas junto ao Presidente do STR de Presidente Venceslau e Marabá Paulista G. R.

Para finalizar, é importante lembrar que a experiência vivenciada pelos trabalhadores da Destilaria Decasa, Usina Alvorada do Oeste e Destilaria Santa Fany e Paranapanema I, não está restrita apenas a região do Pontal do Paranapanema, é uma realidade presente em todo estado de São Paulo e em outras regiões do Brasil. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que atuam no setor canavieiro também não se restringem apenas àqueles que estão vinculados a estas ou aquelas unidades, mas se estendem a todos, que de alguma forma, se encontram inseridos nesse processo. Pois, embora cada agroindústria tenha sua organização e trabalhem com sua lógica de reprodução do capital, todas comparecem pautadas na intensificação e exploração do trabalhador.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a construção desse artigo, tivemos como objetivo central ponderar sobre os impactos que a expansão da agrohidronegócio canavieiro tem trazido para os trabalhadores inseridos no processo produtivo da cana-de-açúcar, sobretudo, o desemprego em massa propagado pelo falência/fechamento de unidades canavieiras na região. Isso não quer dizer, que os trabalhadores que atuam nas grandes empresas, nos grandes grupos canavieiros desfrute do pleno emprego ou de um ambiente de trabalho excelente.

Da mesma forma que o fechamento de algumas unidades canavieiras na região, não significa que há um processo de diminuição do cultivo da cana-de-açúcar, pelo contrário, a expansão das lavouras canavieiras permanece aumentando, o que temos, é a concentração dessas áreas nas mãos de grandes grupos instalados na região.

Desse modo, pode-se inferir que atualmente o Pontal do Paranapanema está inserido num processo de monopolização das terras agricultáveis. Os projetos de expansão das agroindústrias estão cada vez mais direcionados para ampliação das terras e, conseqüentemente, para produção de matéria-prima, questão que tem instigado às disputas internas ao âmbito do setor canavieiro.

Nesse cenário de transformações e (re) arranjos, as principais consequências recaem sobre a classe trabalhadora. Dentre as quais, podemos destacar em primeira ordem, o predomínio da monocultura e a permanência do latifúndio. Além disso, um ambiente de trabalho precário, e ocasionalmente a situação de desemprego em massa, descumprimento de Leis Trabalhistas e Normas Regulamentadoras etc.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2ª edição. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. (org). **A dialética do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 195 p.

AZEVEDO, J. R. N. **Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista: As tramas territoriais do agronegócio em questão.** Presidente Prudente/UNESP, 2005. (Monografia de Bacharelado).

BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 245. f. 2012.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensidade do labor na Sociedade contemporânea. São Paulo. Editora Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Tese de Doutorado em Geografia). 566f. 2009.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo. Editora Contexto. 2003.

SOUZA, S. M. R. de. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira: Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo.** Presidente Prudente. Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Doutorado em Geografia), 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos).** 503p. Tese (livre-docência). Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista, 2009.

VIAN, E. F. Carlos; BELIK, Walter. **Os desafios para a reestruturação do Complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul.** Economia, Niterói- RJ, vol.4. n.1,p.153-194, jan./jun.2003.